

O FEMININO ENTRE A DOR E A RESISTÊNCIA: VIOLÊNCIA, SAÚDE MENTAL E ESTRATÉGIAS ÉTICO-POLÍTICO-ESTÉTICAS

THE FEMININE BETWEEN PAIN AND RESISTANCE: VIOLENCE, MENTAL HEALTH, AND POLITICO-AESTHETIC STRATEGIES

Patrícia Dias Gomes Tasca

Doutoranda em Psicologia, Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

Bolsista PROSUP/CAPES.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2306-8970>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0281345116439>

E-mail :diasgomespatricia10@gmail.com

Leonardo José Barreira Danziato

Doutor em Psicologia, Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8870-9123>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0173039569237058>

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre o lugar do feminino diante da violência estrutural, simbólica e biopolítica, com atenção especial à forma como tais violências atravessam o campo da saúde mental. A partir de aportes da psicanálise, da filosofia política, da teoria decolonial, dos estudos de gênero e das críticas à medicalização da vida — dialogando com autoras e autores como Freud, Lacan, Foucault, Fanon, Butler, Federici e hooks —, o texto investiga como o feminino pode ser pensado como campo de alteridade e resistência. O feminino é aqui abordado não apenas como identidade de gênero, mas como estratégia ética, política, estética e clínica, capaz de enfrentar dispositivos normativos que perpetuam exclusão, silenciamento e patologização do sofrimento psíquico de mulheres e dissidências de gênero. Ao incluir a saúde mental nesse debate, o capítulo questiona as formas de escuta, cuidado e produção de subjetividade oferecidas às mulheres, frequentemente marcadas por reducionismos biomédicos e pela deslegitimação de suas experiências emocionais como expressão de uma dor política e histórica. Assim, propõe-se um espaço de diálogo entre saberes e práticas capazes de reconhecer o feminino como potência crítica e como forma de resistência às violências que regulam condições de vida, de saúde e de subjetivação. A articulação entre psicanálise, estudos decoloniais e teorias feministas permite compreender como a vulnerabilidade, quando reconhecida como experiência compartilhada e politizada, pode tornar-se força de criação, solidariedade e reinvenção.

Palavras-chave: Feminino. Violência de gênero. Alteridade. Saúde mental. Psicanálise. Medicalização.

ABSTRACT

This chapter offers a critical and interdisciplinary reflection on the place of the feminine in the context of structural, symbolic, and biopolitical violence, with particular attention to how such violence permeates the field of mental health. Drawing from psychoanalysis, political philosophy, decolonial studies, gender theory, and critiques of the medicalization of life — in dialogue with authors such as Freud, Lacan, Foucault, Fanon, Butler, Federici, and hooks — the chapter investigates how the feminine can be understood as a field of alterity and resistance. The feminine is not approached merely as a gender identity but as an ethical, political, aesthetic, and clinical strategy capable of confronting normative dispositifs that perpetuate exclusion,

silencing, and the pathologization of women's suffering and the suffering of gender dissidents. Including mental health within this debate, the chapter questions the forms of listening, care, and subject-production often offered to women, marked by biomedical reductionisms and by the delegitimization of emotional experience as an expression of political and historical pain. By articulating diverse theoretical and clinical practices, the chapter proposes an expanded understanding of the feminine as a mode of reconfiguring subjectivity and challenging hegemonic norms of intelligibility.

Keywords: Femininity. Gender-based violence. Otherness. Mental health. Psychoanalysis. Medicalization.

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo atravessado por dispositivos de poder que naturalizam desigualdades e violências, refletir sobre o feminino exige romper com paradigmas tradicionais de saber, representação e cuidado. A partir de Lacan, especialmente no Seminário 20, o feminino não pode ser reduzido à condição biológica nem às categorias normativas de identidade. Ele se apresenta como campo de alteridade e de questionamento das formas hegemônicas de subjetivação. A lógica do não-todo introduzida por Lacan indica que o feminino escapa à captura totalizante do significante e se articula a um modo de gozo suplementar, não inteiramente submetido à função fálica — um gozo que evidencia o limite da linguagem e a presença de um real que insiste no corpo.

Essa concepção desloca o debate para além das identidades fixas, permitindo compreender como certos sofrimentos contemporâneos — especialmente aqueles marcados pelo excesso, pelo luto e pela dor sem nome — emergem justamente nos pontos em que o simbólico falha e algo do real retorna como furo. Retomar o Seminário 20 na discussão sobre o feminino não é mero exercício teórico, mas via de análise dos modos pelos quais dispositivos de poder incidem sobre corpos e subjetividades, regulando inscrições de gênero, modos de gozo e formas de vida.

Entre essas formas de incidência, destaca-se o modo como a saúde mental tem sido mobilizada para reforçar práticas de silenciamento e patologização do sofrimento feminino. A dor psíquica das mulheres — muitas vezes derivada de violência doméstica, desigualdade econômica, racismo estrutural e sobrecarga emocional — é capturada por discursos medicalizantes que a reduzem a desordem individual, apagando sua dimensão histórica, política e simbólica.

Este capítulo constrói um espaço de diálogo entre saberes e práticas comprometidos com a valorização do feminino enquanto estratégia de resistência ética, política, estética e clínica. Ao incluir a saúde mental nesse debate, interrogamos os modos de cuidado que

predominam nos sistemas de saúde e nos discursos clínicos, frequentemente operando como extensões do controle patriarcal em vez de acolherem a complexidade da experiência feminina. Nesse percurso, articulamos contribuições da psicanálise, da filosofia política, das teorias feministas e de perspectivas decoloniais que desvelam formas contemporâneas de opressão, silenciamento e disciplinamento dos corpos.

Nosso objetivo é fomentar interlocuções críticas entre pesquisadoras(es) de diferentes áreas, contribuindo para repensar o lugar do feminino diante da violência estrutural e da exclusão psíquica operadas por discursos hegemônicos misóginos e normativos.

2. O FEMININO COMO CAMPO DE EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA

A psicanálise oferece ferramentas fundamentais para pensar o feminino como aquilo que escapa à lógica fálica dominante. Em Freud, especialmente em *O mal-estar na civilização* (1930/2010), o sofrimento aparece como preço da vida coletiva e da renúncia pulsional exigida pela cultura. Já na conferência *A feminilidade* (1933/2010), evidencia-se o limite de uma teoria ancorada em parâmetros masculinos, em que a mulher é tratada como enigma — “continente negro” — a ser decifrado pelo saber patriarcal.

Lacan radicaliza esse ponto ao afirmar, no Seminário 20: *Encore* (1972–1973/2008), que “A mulher não existe”. A expressão não nega a existência empírica das mulheres, mas evidencia que o feminino não pode ser inteiramente simbolizado no regime do Um fálico. O feminino aparece como falha e fissura no simbólico, zona em que a pretensão do universal se desfaz e onde se abre o campo da alteridade. Na lógica da sexuação, o feminino não se define por identidades ou atributos, mas por uma modalidade de gozo não toda submetida à função fálica — um gozo suplementar, irredutível à contabilidade do discurso.

Essa incompletude estrutural, longe de representar déficit, desestabiliza a ordem patriarcal, fundada na ilusão de totalidade e na tentativa de regular o corpo e o desejo por uma única lógica. O feminino, enquanto não-todo, introduz uma brecha real que revela a insuficiência dos dispositivos normativos destinados a fixar identidades, governar o gozo e estabilizar aquilo que, por estrutura, é desbordante. Pensar o feminino no campo clínico, político e ético significa reconhecer esse lugar de fissura não como ameaça, mas como possibilidade de invenção e resistência.

Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (1952/2008), revela como o feminino racializado sofre dupla violência — colonial e patriarcal. A mulher negra é excluída do ideal de feminilidade branca e burguesa, sendo frequentemente desumanizada, hipersexualizada ou

invisibilizada. Contudo, essa exclusão pode converter-se em potência política. Como argumenta bell hooks (2019), a marginalidade pode se tornar espaço privilegiado de resistência, capaz de enxergar os limites do centro normativo e inventar práticas alternativas de vida.

Assim, o feminino se constitui simultaneamente como alvo de exclusão e como campo de resistência. Por ser historicamente posicionado nas margens, é precisamente desse lugar que pode emergir a crítica mais radical às normas que tentam fixá-lo e silenciá-lo

3. ALTERIDADE EM BUTLER: RISCO, VULNERABILIDADE E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

Judith Butler, sobretudo em *Vida Precária* (2004) e *Quadros de Guerra* (2009), destaca que a alteridade não é categoria abstrata, mas condição política atravessada por relações de poder. A pergunta central que orienta sua reflexão é: *quem é reconhecido como humano e quem permanece em zonas de não-reconhecimento?* Como afirma a autora, “algumas vidas são consideradas mais vivíveis que outras” (Butler, 2004, p. 38). É nesse ponto que se funda tanto a violência quanto a possibilidade de resistência.

O “outro” não aparece apenas como diferente, mas como ameaça à ordem simbólica e social: corpo descartável, indigno de luto ou proteção. Para Butler, reconhecer a alteridade não é gesto moral, mas tarefa ética e política que exige aceitar o risco de desestabilizar a própria identidade. Em *Quadros de Guerra* (2009), ela afirma: “nós não nos pertencemos inteiramente, pois estamos sempre já dados ao outro” (p. 15).

Esse ponto dialoga com a psicanálise — ainda que por caminhos distintos. Freud e, sobretudo, Lacan mostram que o sujeito não é substância autônoma, mas efeito de linguagem, constituído pela entrada no campo do Outro enquanto lugar do significante. O eu se forma por operações de alienação e separação que o marcam pela falta. Butler desloca essa estrutura para o plano político, mostrando que recusar o outro implica recusar a própria vulnerabilidade constitutiva. Nesse diálogo, o feminino — pensado na psicanálise como *não-todo*, isto é, como aquilo que escapa à lógica fálica e à pretensão de totalidade — encontra ressonância como campo de abertura e como força de resistência às violências normativas que tentam estabilizar identidades, governar corpos e regular modos de existir.

Essa perspectiva pode ser ilustrada por práticas atuais que evidenciam, simultaneamente, mecanismos de exclusão e a urgência do reconhecimento ético. A crise migratória mundial é um exemplo emblemático: corpos de refugiados afogados no Mediterrâneo ou confinados em campos precários tornam-se “vidas nuas”, desprovidas de valor

político. Reconhecer essa alteridade exige deslocar as fronteiras do pertencimento e admitir que a vulnerabilidade dos migrantes confronta nossas identidades nacionais e culturais.

Nas questões de gênero e dissidência sexual, pessoas trans e não-binárias — por desafiarem normas sobre corpo e desejo — são frequentemente tratadas como alteridades radicais, alvo de violência física e simbólica. No Brasil, país líder em assassinatos de pessoas trans, a recusa em reconhecer esses corpos como vidas dignas de luto revela a persistência de uma violência normativa que insiste em negar sua humanidade.

O mesmo ocorre com corpos racializados, sistematicamente posicionados nas margens do reconhecimento. Movimentos como *Black Lives Matter* e as lutas contra o genocídio da juventude negra no Brasil denunciam uma necropolítica que expõe populações inteiras à morte social e física. Nesses casos, a alteridade é produzida como ameaça à ordem, legitimando o encarceramento em massa e a violência policial.

Até mesmo o campo digital reproduz essas exclusões. Pesquisas de Safiya Noble (2018) mostram como sistemas de busca reforçam estereótipos raciais, sexualizam mulheres negras e invisibilizam produções culturais não hegemônicas. De modo semelhante, os estudos de Joy Buolamwini e Timnit Gebru (2018) evidenciam que algoritmos de reconhecimento facial apresentam índices significativamente maiores de erro para rostos negros e femininos, tornando-os mais suscetíveis à invisibilidade ou classificação incorreta. Esses exemplos demonstram que as próprias arquiteturas tecnológicas reforçam normas exclutivas, produzindo um “outro digital” frequentemente silenciado ou reduzido a dado descartável.

Apesar disso, a alteridade não é apenas lugar de exclusão, mas também espaço de resistência. Movimentos migrantes, LGBTQIA+, feminismos interseccionais e ativismos negros têm exposto a fragilidade das normas, exigindo que repensem o que é reconhecido como humano. Butler mostra que abrir-se ao outro implica aceitar a não autossuficiência, tornando o reconhecimento um gesto ético que resiste à violência da universalização e abre caminhos para novas formas de coexistência.

4. O FEMININO COMO ÉTICA DA ALTERIDADE

Pensar o feminino como campo de alteridade requer ultrapassar concepções biológicas ou essencialistas. Em Butler, o feminino não é essência, mas posição histórica e política, construída na exclusão e também na resistência. Assim como outras formas de diferença, o feminino foi produzido como alteridade em relação a um masculino universalizado, que

pretende representar o neutro e o total. Essa condição, longe de representar fraqueza, evidencia a contingência das normas que definem quem pode ser reconhecido como sujeito.

Para Butler (2004), a ética emerge precisamente da vulnerabilidade que o feminino encarna. Ao ocupar lugar de desestabilização da ordem normativa, o feminino expõe a precariedade constitutiva de toda identidade. Essa vulnerabilidade não é fraqueza a ser superada, mas aquilo que nos liga às outras pessoas e funda novas responsabilidades políticas. “A vulnerabilidade que nos atravessa não é algo que devemos superar, mas aquilo que nos liga uns aos outros em formas imprevistas de responsabilidade” (Butler, 2004, p. 46).

Esse horizonte encontra ressonância na psicanálise. Para Lacan, o feminino não se define pelo “ter” ou “não ter” o falo, mas pelo registro do *não-todo* (*pas-tout*): uma posição que escapa à universalização fálica, permanecendo como abertura, excesso e alteridade. Ao afirmar que “A mulher não existe”, Lacan indica que não há categoria universal capaz de abarcar o feminino. Essa impossibilidade de fechamento aproxima o feminino da proposta butleriana: mais do que identidade, ele é posição crítica que desestabiliza normas e expõe a incompletude estrutural do sujeito.

Assim, a ética do feminino não se baseia em moral universal, mas em disposição de abertura, cuidado e escuta radical da singularidade. Em *Desfazendo o gênero* (2004), Butler critica a naturalização das categorias identitárias, mostrando como operam como mecanismos de exclusão. Assumir a precariedade compartilhada é condição para uma política mais justa, que reconheça a vulnerabilidade como experiência comum.

Práticas sociais contemporâneas confirmam essa leitura. Os feminismos interseccionais evidenciam como mulheres negras, indígenas, trans e periféricas ocupam um lugar ainda mais agudo de alteridade por estarem atravessadas por múltiplas camadas de exclusão. Suas lutas contra o feminicídio, o genocídio da juventude negra, a marginalização social e a medicalização forçada mostram como o feminino se converte em ética de resistência, denunciando a violência estrutural e criando formas coletivas de sobrevivência.

Outro exemplo está nas práticas de cuidado comunitário lideradas por mulheres em territórios precarizados. Projetos de mães de vítimas de violência policial, redes de solidariedade em favelas e iniciativas de proteção de mulheres migrantes evidenciam que o cuidado pode ser estratégia política: cuidar não é gesto privado, mas resistência que afirma a interdependência e desafia a lógica da exclusão.

Na arte e na cultura, movimentos como *Ni Una Menos*, as Marchas de Mulheres Negras no Brasil e produções estéticas de mulheres trans reinscrevem narrativas e corpos

historicamente silenciados. A estética do feminino, nesse contexto, não apenas representa, mas cria presença e deslocamento político.

Portanto, pensar o feminino como ética da alteridade é reconhecer que ele não se restringe a uma identidade, mas a uma posição ética e política que recusa a universalização, abre-se ao outro e inventa novos modos de vida.

5. VIOLÊNCIA, VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA

A violência contra o feminino não pode ser entendida como ato isolado ou produto de indivíduos violentos. Em Butler, a violência é inseparável das normas sociais que definem quais vidas são passíveis de luto e quais permanecem desumanizadas. Em *Quadros de Guerra* (2009), ela demonstra como guerra, mídia e discurso político produzem certos corpos como descartáveis. Esse raciocínio pode ser transposto ao feminino: a violência de gênero não é acidental, mas efeito de normas que historicamente posicionaram mulheres e dissidências sexuais como alteridades ameaçadoras ou inferiores.

Essa violência assume múltiplas formas: feminicídio, agressões físicas, estupro; mas também violências simbólicas — silenciamento da palavra, desqualificação de saberes, ridicularização de vozes dissidentes — e violências institucionais, expressas na medicalização excessiva, no tratamento desigual nos sistemas de saúde e no culpabilização das vítimas. Cada uma dessas violências confirma o diagnóstico de Butler: a vulnerabilidade é desigualmente distribuída.

Porém, a vulnerabilidade, em Butler, não é apenas condição de exposição; é também ponto de partida para a resistência. “É justamente porque somos frágeis e dependentes que podemos reivindicar a igualdade e a solidariedade” (Butler, 2004, p. 52). A vulnerabilidade comum, quando reconhecida, torna-se força política capaz de desestabilizar normas violentas.

Esse deslocamento encontra eco na psicanálise. Freud já mostrava que o sujeito é atravessado pela pulsão de morte e pelo conflito inerente à condição humana. Lacan indica que o sujeito só existe na relação com o Outro, sendo estruturado pela falta. A violência, nesse sentido, também atravessa o sujeito; mas é justamente a falta que abre espaço para uma ética da resistência: reconhecer que não somos todo nos permite escapar das lógicas totalizantes que sustentam a violência.

Práticas contemporâneas demonstram essa articulação entre vulnerabilidade e resistência. As marchas feministas na América Latina — como o movimento *Ni Una Menos* — transformam a dor coletiva do feminicídio em força de denúncia. As mães de jovens negros

assassinados pela polícia, ao recusarem o apagamento e reivindicarem memória, reinventam o luto como resistência pública. Mulheres indígenas que lideram a defesa de territórios ameaçados transformam vulnerabilidade em força comunitária e ética-política.

Essas experiências revelam que a vulnerabilidade não é passividade, mas condição de ação e de laço. O feminino, nesse cenário, não é lugar natural ou identitário, mas posição de alteridade que desestabiliza a lógica violenta do universal e inventa novas formas de vida.

6. ESTÉTICA DO FEMININO: REENCANTAMENTO DO SENSÍVEL

A dimensão estética do feminino emerge como contra dispositivo frente à violência simbólica, à difamação e ao silenciamento. Desde a psicanálise, sabemos que o inconsciente fala através de imagens, atos falhos, sonhos e produções simbólicas que escapam à racionalidade estrita. O campo estético, nesse sentido, constitui-se como território privilegiado para que o feminino — historicamente silenciado — se expresse como gesto, afeto e corpo em deslocamento.

A arte, a literatura, a performance e diversas práticas culturais tornam-se lugares de reencantamento do sensível, nos quais vozes e corpos interditados encontram formas de inscrição. Judith Butler, ao problematizar a performatividade de gênero (*Problemas de Gênero*, 1990/2019), nos lembra que o gênero não é essência, mas ato reiterado e, portanto, passível de subversão. Ao performar o gênero de maneira desviada, dissidente ou exacerbada, corpos femininos (cis e trans) desestabilizam normas e abrem brechas de significação. O ato estético, portanto, é também ato político.

Exemplos contemporâneos confirmam essa potência: performances artísticas que denunciam o feminicídio; exposições que recuperam memórias de mulheres negras e indígenas apagadas pela história oficial; produções culturais trans que reivindicam lugar no imaginário coletivo. Em todos esses casos, a estética do feminino não se limita à representação: ela é produção de presença, gesto insurgente que reinscreve corpos e experiências no espaço público.

A estética do feminino desloca afetos, reabilita sensibilidades e reinscreve narrativas historicamente desqualificadas. Ao mesmo tempo, pode ser pensada como forma de clínica ampliada: dar visibilidade ao sofrimento e à resistência é criar condições para elaboração simbólica de dores coletivas. Nesse sentido, estética e psicanálise se encontram, pois ambas reconhecem no gesto simbólico a possibilidade de atravessamento da violência e de invenção de novas formas de subjetividade.

7. POLÍTICA DO FEMININO: INSURGÊNCIA E RECONFIGURAÇÃO DAS NORMAS

Se no campo estético o feminino se reinventa pela linguagem do sensível, no campo político ele se afirma como força insurgente. Silvia Federici, em *O Calibã e a Bruxa* (2004/2017), mostra como a caça às bruxas nos primórdios do capitalismo foi estratégia de disciplinamento dos corpos femininos. Ao controlar a reprodução, reprimir os saberes de cura e enfraquecer formas comunitárias de vida, o patriarcado consolidava também a lógica econômica da acumulação primitiva. O corpo feminino foi reduzido a engrenagem de reprodução da força de trabalho, revelando como gênero, economia e política são indissociáveis.

Essa genealogia histórica ecoa nas práticas contemporâneas. O controle sobre corpos femininos e dissidentes permanece ativo nos regimes de medicalização, nas legislações que restringem direitos reprodutivos, na criminalização de práticas de cuidado não hegemônicas e, sobretudo, na violência que recai sobre corpos racializados e periféricos. O feminino é, assim, constantemente produzido como território de controle, justamente porque nele se concentra a potência de desestabilizar a ordem vigente.

Resistir a esse regime não significa apenas ampliar direitos formais, mas reconfigurar os fundamentos do que chamamos política. Quando mulheres negras denunciam o genocídio da juventude periférica; quando mulheres indígenas articulam a defesa de territórios contra o extrativismo predatório; ou quando movimentos trans reivindicam legitimidade de seus corpos e afetos — não estão apenas pedindo inclusão em uma política já estabelecida. Estão reinventando os parâmetros do comum, deslocando fronteiras do reconhecimento e desestabilizando hierarquias naturalizadas.

Judith Butler, em *Corpos em aliança e a política das ruas* (2015), lembra que normas não são imutáveis, mas efeitos reiterados que podem ser subvertidos pela repetição desviada. O político não se restringe às instituições: ele acontece também no corpo na rua, na assembleia improvisada, na ocupação, na performance. O feminino, nesse contexto, aparece como força coletiva que desafia o presente e abre possibilidades de novos modos de vida.

A psicanálise, ao insistir na falta como constitutiva do sujeito, também oferece recursos para pensar essa insurgência. Se não há identidade plena nem ordem definitiva, então toda norma é provisória. O feminino, como não-todo, encarna essa abertura e aponta para a necessidade de reinvenção contínua. A política do feminino, portanto, não é apenas resistência

à violência, mas invenção de novas formas de laço, novas alianças e novas narrativas para o futuro.

Estética e política, nesse sentido, entrelaçam-se: enquanto a estética reinscreve voz e corpo no campo do sensível, a política transforma essa expressão em insurgência coletiva, capaz de reconfigurar normas e reinventar o próprio comum.

8. A DOR DE EXISTIR: SAÚDE MENTAL E A MEDICALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO FEMININO

Antes de entrar propriamente na análise da medicalização, é necessário esclarecer o sentido em que empregamos aqui a expressão *dor de existir*. Trata-se de um termo que não remete ao existencialismo clássico, mas a um modo de nomear aquilo que, entre Foucault e Lacan, se manifesta como efeito das formas contemporâneas de produção de subjetividade. Em Foucault, o sofrimento não é um dado íntimo da interioridade, e sim resultado de dispositivos históricos de poder que administram corpos, condutas e modos de vida. Em Lacan, por sua vez, o mal-estar emerge do encontro com o real — aquilo que escapa à simbolização e retorna como furo, excesso ou impossibilidade. Assim, *dor de existir* designa o ponto em que as tentativas de normatização, correção e silenciamento do sofrimento encontram seu limite: aquilo que não pode ser inteiramente ajustado, domesticado ou curado. A expressão, portanto, opera como ferramenta clínica e política para compreender modos de padecimento que são, simultaneamente, históricos, discursivos e subjetivos.

Nas últimas décadas, assistimos a um aumento expressivo dos diagnósticos psiquiátricos entre mulheres, sobretudo em relação a transtornos como ansiedade, depressão e síndrome do pânico. Relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmam que mulheres são diagnosticadas com maior frequência do que homens nesses quadros. Todavia, essa disparidade não pode ser explicada apenas por fatores biológicos ou hormonais. O que está em jogo é um processo social, histórico e político mais profundo: o sofrimento feminino, quando não reconhecido em sua dimensão coletiva e simbólica, tem sido sistematicamente medicalizado e silenciado.

Michel Foucault, em *História da Loucura* (1961/2006), demonstra que a psiquiatria moderna surge como dispositivo de controle social, definindo quem seria considerado “anormal” e, portanto, passível de exclusão ou correção. Essa lógica se intensificou no caso das mulheres. Desde as “histerias” do século XIX até os diagnósticos contemporâneos, a psiquiatrização do feminino serviu para domesticar sua diferença. Assim, experiências de

violência doméstica, desigualdade econômica, solidão, racismo estrutural e sobrecarga emocional passaram a ser traduzidas como patologias individuais, apagando seu caráter histórico e político.

Esse processo é o que podemos denominar **medicalização da dor de existir**: a transformação da dor social e simbólica em distúrbio neuroquímico a ser “corrigido” com psicofármacos. Essa lógica converte o sofrimento produzido por violências — de gênero, classe, raça e sexualidade — em doença individual, obscurecendo as condições históricas que o geram. Em vez de abrir espaço para o grito político da dor, produz-se um silenciamento institucionalizado.

A filósofa **Silvia Federici** (2004/2017), em *O Calibã e a Bruxa*, mostra que a dor das mulheres sempre foi administrada: seja pelo controle da reprodução, pela repressão dos saberes de cura ou pela domesticação do corpo. Hoje, essa administração se reinscreve nas clínicas de saúde mental, onde mulheres — sobretudo negras, indígenas, periféricas, mães solo e LGBTQIA+ — são submetidas a intervenções que não escutam suas histórias, apenas corrigem sintomas.

Esse quadro é reforçado pela dimensão racial e colonial. **Frantz Fanon**, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952/2008), advertia que o colonialismo produz uma subjetividade ferida e, no caso das mulheres racializadas, essa ferida é dupla: patriarcal e colonial. A mulher negra, como denuncia Fanon, é simultaneamente hipersexualizada, desumanizada e invisibilizada. Nesse sentido, **bell hooks** (2019) insiste que a marginalidade pode ser reconfigurada como espaço de resistência: se o centro normativo silencia, é da margem que emergem práticas insurgentes capazes de contestar a naturalização da violência.

É nesse contexto que a psicanálise pode oferecer uma resposta distinta da psiquiatria medicalizante. Freud, em *O mal-estar na civilização* (1930/2010), mostra que o sofrimento é constitutivo da vida social e não pode ser eliminado por promessas de felicidade plena. Lacan radicaliza ao propor o feminino como **não-todo**: uma posição que escapa à lógica fálica e à universalização. O feminino, portanto, não é identidade fixa, mas campo de abertura, falha e excesso — o que torna ainda mais problemático qualquer esforço de normatizá-lo por via medicamentosa ou diagnóstica.

Por isso, a clínica psicanalítica deve ser cuidadosa: escutar o sofrimento feminino significa reconhecer suas raízes históricas, políticas e sociais. Implica não reduzi-lo a falha moral, fraqueza ou desequilíbrio químico, mas acolhê-lo como linguagem legítima de resistência. A escuta analítica, quando fiel a essa ética, torna-se espaço de contestação da

violência simbólica: em vez de silenciar com diagnósticos rápidos ou medicação, sustenta o direito da mulher de dizer que sua dor é subjetiva, política e histórica.

O desafio ético é construir uma escuta radical, capaz de reconhecer o sofrimento como saber e testemunho político. Ao afirmar “minha dor não é apenas química, é política”, as mulheres deslocam o mal-estar de condição passiva para enunciação ativa, transformando-o em resistência. Essa perspectiva recoloca a saúde mental não como campo de normalização, mas como lugar de insurgência simbólica, onde a *dor de existir* pode ser reabilitada como ponto de partida para novas formas de vida.

Assim, pensar a medicalização do sofrimento feminino é pensar uma das formas mais sutis e persistentes de violência contra o feminino: aquela que silencia a dor, transforma o grito em sintoma e reduz o mal-estar à química. Contra isso, é preciso afirmar uma ética-política do feminino que escute, sustente e reabilite a dor como voz legítima, reconhecendo no sofrimento não apenas fragilidade, mas potência de criação e resistência.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o feminino como ética da alteridade implica um deslocamento decisivo: a vulnerabilidade deixa de significar fragilidade e passa a operar como potência de vínculo, criação e resistência. Em Judith Butler, a precariedade é condição compartilhada da vida; contudo, em sociedades regidas por normas excludentes, ela é distribuída de modo desigual, produzindo zonas de não-reconhecimento onde a violência — inclusive a difamação — tende a se naturalizar. É precisamente desse lugar historicamente marginalizado que o feminino emerge como campo privilegiado de resistência, capaz de interrogar universalismos normativos e fundar outras formas de vida comum.

A psicanálise oferece a ossatura conceitual desse gesto. Com Freud, o sujeito se constitui pela perda, pela renúncia e pela inscrição no simbólico; com Lacan, o feminino se pensa como **não-todo**, isto é, como aquilo que escapa à captura totalizante da lógica fálica. Longe de qualquer essencialismo, o feminino é movimento, fissura, excesso e criação — uma posição ética que insiste na abertura ao Outro e recusa fechamentos identitários. Essa impossibilidade de totalização converge com Butler: reconhecer a alteridade implica arriscar a própria identidade, acolhendo a instabilidade que funda nossa responsabilidade recíproca.

A leitura interseccional radicaliza o quadro. Em Fanon, o colonialismo e o racismo fabricam um feminino racializado submetido a dupla violência — sexista e colonial —, frequentemente desumanizado, hipersexualizado ou tornado invisível. Em diálogo, bell hooks

mostra que a marginalidade pode converter-se em espaço privilegiado de resistência: é da borda que se veem os limites do centro e se inventam práticas alternativas de existência. Não há, portanto, **um** feminino abstrato; há **múltiplos** femininos, atravessados por raça, classe, sexualidade e território, que expõem a precariedade constitutiva de toda identidade e a urgência de reconfigurar a política.

Esse projeto encontra lastro histórico-material na genealogia de Federici: a caça às bruxas como tecnologia de disciplinamento de corpos, saberes e reproduções no advento do capitalismo. O controle sobre o feminino — ontem e hoje — segue como peça central da ordem econômica e política; resistir a esse controle é reconfigurar os fundamentos do político, redistribuir poder e reinventar modos de vida. Aqui, estética e política se entrelaçam: se a política disputa instituições e normas, a **estética do feminino** — na literatura, na arte, na performance — reencanta o sensível, reinscreve corpos silenciados e produz desvios que desestabilizam a norma e abrem novos imaginários de reconhecimento.

Ao incorporar a saúde mental e a crítica à medicalização, evidencia-se que o feminino não é apenas alvo de violência simbólica ou estética, mas também de um **controle biopolítico** que regula dor, desejo, tempo e corpo. Contra esse regime, a ética do feminino convoca outras formas de cuidado: práticas que não anestesiem o sofrimento, mas o escutem em sua verdade radical, reconhecendo a singularidade da dor e o direito ao luto e à memória. A clínica psicanalítica, quando fiel à sua ética, resiste à captura diagnóstica totalizante, sustenta a palavra singular e transforma precariedade em laço, abrindo passagem à subjetivação onde a violência tenta reduzir o sujeito a rótulos.

As práticas contemporâneas confirmam esse itinerário: feminismos interseccionais, marchas de mulheres negras, lutas indígenas, redes comunitárias de cuidado e o protagonismo de pessoas trans e não-binárias convertem vulnerabilidade em força coletiva, desestabilizando a naturalização da violência e inventando formas de vida baseadas em interdependência, solidariedade e reconhecimento. Operando simultaneamente no registro estético — invenção de novas linguagens e sensibilidades — e no político — insurgência normativa e reconfiguração do comum —, essas práticas mostram que a resistência não é apenas reação, mas **produção ativa de mundo**.

Em síntese, o feminino como ética da alteridade é também, necessariamente, uma **política da escuta, do cuidado e da responsabilidade compartilhada**. Não se trata de instituir uma nova moral universal, mas de afirmar a abertura à diferença, a incompletude do sujeito e a coragem de sustentar o outro onde o discurso hegemônico — patriarcal, racista e medicalizante

— tende a silenciá-lo. Ao articular Butler, Freud, Lacan, Fanon, Foucault, Federici e hooks, este capítulo defende que o feminino pode — e deve — ser reappropriado como território de resistência e de reinvenção subjetiva e coletiva. Convidamos, por fim, pesquisadoras(es), profissionais da saúde e educadoras(es) a engajarem-se nessa interlocução prática e teórica, em que o feminino não seja apenas pensado, mas vivido, sentido e ativado como força transformadora. **Onde a violência tenta apagar o humano, uma ética-política do feminino — clínica, estética e insurgente — pode escutar, sustentar e criar novas possibilidades de existência.**

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida**: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.
- BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. **Proceedings of Machine Learning Research**, v. 81, p. 1–15, 2018.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BUTLER, Judith. **Vida precária**: O poder do luto e da violência. Tradução de Ana Cristina Duarte. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: Notas para uma teoria performativa da assembleia. Tradução de Mário Bruno Mendonça da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Obra original publicada em 1990.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina de Castro. São Paulo: Boitempo, 2016. Obra original publicada em 1981.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira Ribeiro. Salvador: EDUFBA, 2008. Obra original publicada em 1952.
- FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Pedro Elói de Oliveira. São Paulo: Elefante, 2017. Obra original publicada em 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Barroso. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2006. Obra original publicada em 1961.

- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. XXI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Obra original publicada em 1930.
- FREUD, Sigmund. A feminilidade. In: FREUD, Sigmund. **Novas conferências introdutórias à psicanálise**. Obras completas, v. XXII. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Obra original publicada em 1933.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini Diniz. Petrópolis: Vozes, 2015. Obra original publicada em 2010.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. Tradução de Soraya Guimarães dos Santos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Obra original publicada em 2000.
- HOOKS, bell. Anseios: **Raça, gênero e política cultural**. Tradução de Cassiana Knipel. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: Novas perspectivas. Tradução de Lígia Yamaguti Biava Rocha. São Paulo: HarperCollins, 2020. Obra original publicada em 2000.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20**: Encore. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: How search engines reinforce racism. New York: New York University Press, 2018.
- ORLANDI, Maria Helena. **A invenção do transtorno mental**: Perspectivas críticas sobre a psiquiatria. São Paulo: Hucitec, 2008.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RANCIÈRE, Jacques. **O partilhamento do sensível**: Estética e política. Tradução de Mário Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Editora 34, 2005. Obra original publicada em 2000.
- ROSE, Nikolas. **Governing the soul**: The shaping of the private self. London: Routledge, 1990.
- SZASZ, Thomas. **O mito da doença mental**. Tradução de Maria A. Fernandes. São Paulo: EPU, 1974. Obra original publicada em 1961.